

PRÁTICAS DE ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS EM AVALIAÇÕES: relato de experiências com estudantes público-alvo da Educação Especial

Paola de SOUZA¹; Reginaldo A. SILVA²

RESUMO

Diante do desafio de realizar avaliações na perspectiva inclusiva, este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a adaptação de instrumentos avaliativos para estudantes com necessidades educacionais específicas no Ensino Médio. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na atuação de uma Profissional em Atendimento Educacional Especializado (AEE), descrevem-se práticas desenvolvidas com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Os resultados evidenciam que a personalização das avaliações com base nos interesses dos discentes e o ensino colaborativo são estratégias eficazes para garantir o engajamento e a demonstração do conhecimento.

Palavras-chave: Adaptação de Metodologias; Formação Continuada; Práticas Pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

Observando o cenário educativo no Brasil, nota-se que é previsto por lei que todos os cidadãos tenham direito à educação, visto que é dever do Estado garantir que todas as crianças, independentemente de suas limitações, frequentem as escolas. Nessa perspectiva, a Educação Inclusiva sugere uma educação que integre todos os indivíduos na mesma instituição, com a finalidade de reconhecer, compreender e atender a todas as necessidades subjetivas de cada discente. Deste modo, há instituições que lançam mão de alternativas didáticas, pedagógicas e estruturais com o intuito de suprir a vulnerabilidade dos alunos. Isso corrobora Cruz *et al.* 2024 que dizem

A educação inclusiva refere-se à prática de garantir que todos os alunos possam participar de forma plena no ambiente escolar. O conceito envolve a adaptação do currículo e das metodologias de ensino para atender à diversidade de estudantes, promovendo um ambiente de aprendizado que respeite e valorize as diferenças individuais. (Cruz, *et al.* 2024, p. 2.692).

Dentro desse universo de alternativas, a avaliação assume um papel central, pois é por meio dela que se verifica o progresso dos estudantes e se ajustam às práticas pedagógicas, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seus conhecimentos de maneira justa e equitativa. Entretanto, a aplicação de avaliações inclusivas tem se mostrado um desafio tanto para

¹ Professora e Profissional em Atendimento Educacional Especializado, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: paola.souza@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

² Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais – Libras, IFSULDEMINAS – Campi Machado e Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

os docentes quanto para os gestores educacionais, uma vez que envolve a adaptação dos instrumentos avaliativos e a formação dos professores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Assim, essa prática se destaca como um grande desafio. (Santana, *et al.* 2024) Embora diretrizes para uma avaliação mais equitativa já existam há décadas, sua efetivação na prática cotidiana ainda enfrenta barreiras. Segundo Costa e Rodrigues (2018, p. 3), “a flexibilização na avaliação é um dos maiores dilemas para os professores que buscam uma prática verdadeiramente inclusiva”.

Esse dilema reforça a importância de revisitar e aplicar o que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), as quais destacam que a avaliação deve ser flexível e adequada, permitindo que cada estudante demonstre seus conhecimentos por meio de diferentes formas de expressão. Essa orientação fundamenta a adaptação de avaliações como uma prática pedagógica essencial à efetivação da inclusão, para garantir a equidade e valorizar a diversidade. Por conseguinte, harmoniza-se com a legislação vigente quanto à acessibilidade e inclusão de alunos, público-alvo da educação inclusiva. (Brasil, 2011; 2012; 2015).

Com base na vivência in loco, este trabalho apresenta um relato de experiência a partir da atuação como Profissional de Atendimento de Educacional Especializado (AEE), com estudantes com necessidades específicas (NE) do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Seu objetivo é relatar o conjunto de experiências referentes ao auxílio na elaboração e aplicação de avaliações adaptadas às respectivas necessidades de cada sujeito.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo configura-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado na vivência profissional como AEE em um Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. As práticas aqui descritas foram desenvolvidas com estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio. A construção do relato baseou-se na observação direta das atividades, nos registros das avaliações adaptadas e nos diálogos colaborativos com os docentes.

3. RELATO DA EXPERIÊNCIA

Uma das experiências mais significativas desenvolveu-se com um estudante do 1º ano do ensino médio, diagnosticado com TEA. Com base em seu Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e na identificação de seus interesses específicos, o professor de Matemática elaborou uma avaliação de conjuntos numéricos contextualizada com o hiperfoco do estudante,

como dinossauros, edifícios altos e os universos de Pokémons e *Five Nights at Freddy's*. A aplicação ocorreu em ambiente tranquilo no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) da instituição.

Durante a aplicação da avaliação foi notável a mudança de comportamento do aluno. Inicialmente relutante em realizar a atividade, seu engajamento tornou-se imediato ao perceber que a primeira questão abordava os edifícios mais altos do mundo. O estudante iniciou a organização dos conjuntos com desenhos detalhados dos prédios, utilizando seu celular para pesquisar as formas que não recordava. Seu entusiasmo na atividade foi tamanha que, em uma das questões, não apenas respondeu, mas também ofereceu uma sugestão de uso de outra espécie de dinossauro ao docente, ele também desenhou representações visuais para cada um dos temas. Deste modo, o estudante não só realizou a avaliação, como demonstrou plena apropriação do conteúdo ao utilizar seus recursos próprios para responder.

Para além desse caso individual, observaram-se outras práticas relevantes que beneficiavam outros estudantes, como a simplificação de enunciados extensos para torná-los mais concisos e objetivos, e a inclusão de glossários para definir termos técnicos. A incorporação de elementos lúdicos, como jogos didáticos e palavras-cruzadas, mostrou-se uma estratégia eficaz para reforçar a aprendizagem de forma coletiva. No componente de Matemática, o uso de exemplos resolvidos como material de consulta durante a avaliação permitiu que os estudantes recordassem procedimentos e aplicassem seus conhecimentos com maior segurança.

A colaboração entre o professor regente e o profissional de apoio revelou-se um elemento fundamental para a prática. A orientação prévia para a aplicação da avaliação garantiu que a mediação do profissional de apoio fosse precisa e alinhada às expectativas pedagógicas. Essa colaboração permitiu um suporte efetivo durante a leitura das questões, no esclarecimento de dúvidas pontuais e na gestão do tempo.

4. CONCLUSÃO

Este relato de experiência permite concluir que a adaptação de avaliações é um processo que exige planejamento, ter atenção com as necessidades dos estudantes e, principalmente, um forte ensino colaborativo entre os diferentes profissionais da escola. Para que essa prática dê certo, é fundamental que os professores se sintam seguros e preparados.

Nesse ponto, a formação continuada dos docentes é a chave para a mudança. Conforme explicam Freitas e Pacífico (2020), a:

[...] formação continuada não é uma invenção nova, mas é algo ainda frágil nos dias atuais e, dentro das novas perspectivas, busca não somente o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos na formação inicial, mas

também uma identidade para o professor. (Freitas; Pacífico, 2020, p. 143)

Complementando essa visão, Lopes e Guedes (2021) destacam que a formação continuada permite a aquisição de saberes ligados diretamente à prática, capacitando o professor a atender melhor às necessidades individuais de cada aluno. Portanto, a união entre a capacitação docente e o suporte da Profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) consolida uma cultura avaliativa mais equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

COSTA, V. B.; RODRIGUES, V. R. Adaptação Curricular e Flexibilização na Avaliação: alguns dilemas da inclusão. **Ciclo Revista:** Vivências em Ensino e Formação, [S. l.], v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/ciclo/article/view/825>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CRUZ, N. A. C.; ALMEIDA, A. B. B.; ESPÍNDOLA, E. V. M. S.; VIEIRA, V. V.; COSSOTE, D. F.; FRANÇA, L. F. Educação Inclusiva: Princípios e Práticas para uma Escola para Todos. **REVISTA ARACÊ**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 2, p. 2690-2702, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev6n2-134>. Acesso em 09 out. 2025.

FREITAS, S. L.; PACÍFICO, J. M. Formação continuada: um estudo colaborativo com professores do Ensino Médio de Rondônia. **Interações** (Campo Grande), v. 21, p. 141-153, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1953>. Acesso em: 26 jul. 2025.

LOPES, L. C. S.; GUEDES, N. C. A Formação Continuada de Professores e a Escola como Locús de Aprendizagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 49, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v25i49.2819>. Acesso em: 8 out. 2025.

SANTANA, T. L. S.; BORRÉ, A. P.; GONDIM, C. S. R. MARINO, L. M. SILVA, L. F.; SILVA, W. J. R. Desafios na Formação de Professores para Avaliações Inclusivas no Contexto da Educação Básica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 10, n.11, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17159/9500>. Acesso em: 09 out. 2025.